

LIVRO DIDÁTICO, “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: HÁ ESPAÇO PARA OS DIREITOS HUMANOS?¹

TEXTBOOK, “GENDER IDEOLOGY”, SEXUAL AND GENDER DIVERSITY: IS THERE SPACE FOR HUMAN RIGHTS?

Rosemary Rodrigues de Oliveira²

Gabriela Carolina dos Santos Pinto³

Resumo: Este artigo analisa livros didáticos do Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2021, focando na integração de direitos humanos, sexualidade e gênero. Utiliza-se uma abordagem quanti-qualitativa, documental, descritiva e exploratória para examinar como esses temas são tratados, identificando lacunas e sugerindo abordagens mais inclusivas. Os resultados mostram escassez de conteúdos aprofundados sobre sexualidade e gênero, ressaltando a urgência de políticas educacionais para uma educação mais inclusiva e representativa.

Palavras-Chave: Livro Didático; Diversidade sexual e de gênero; Direitos Humanos.

Abstract: This article analyzes high school textbooks approved by the National Textbook Program (PNLD) of 2021, focusing on the integration of human rights, sexuality, and gender. It employs a mixed-methods, documental, descriptive, and exploratory approach to examine how these themes are addressed, identifying gaps and suggesting more inclusive approaches. The results indicate a lack of in-depth content on sexuality and gender, highlighting the need for educational policies that promote more inclusive and representative education.

Keywords: Textbook; Sexual and gender diversity; Human Rights.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃOCOMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Esse artigo, que faz parte de uma pesquisa de mestrado, é apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Doutora em Educação para a Ciência - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Professora Assistente Doutora - “Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; E-mail: rosemary.oliveira@unesp.br; 4) ORCID ID <https://orcid.org/0000-0002-1349-659X>

3 Mestre em Ensino e Processos Formativos - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; Advogada - GCSP Advogados; E-mail: gabriela.cs.pinto@unesp.br; ORCID ID <https://orcid.org/0000-0001-6445-0850>

Introdução

Embora a literatura revele que a educação, enquanto agente transformador da sociedade, desempenha um papel crucial na (des)construção de preconceitos e na promoção da diversidade (Seffner e Picchitti, 2014; Louro, 2018), um estudo da UNESCO (2022) apontou que 62% dos estudantes entrevistados de 100 países sofreram algum tipo de discriminação baseada em gênero ou sexualidade na escola.

No contexto brasileiro, a necessidade de abordar questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar é evidente na medida em que dados do ano de 2023 do Ministério da Educação (MEC) revelam o aumento de 10% nos casos de denúncia de discriminação contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas. Somado a isso, a legislação moderna, como a criminalização da homofobia (2019), destinada a coibir a discriminação e violência homofóbica, ainda enfrenta desafios significativos em termos de conscientização e efetiva aplicação.

Embora a literatura atual da área (Auaud, 2018; Mariano e Ferreira, 2023) evidencie a instituição escolar como essencial na desconstrução de estereótipos de gênero e demais preconceitos relacionados à sexualidade, desde a década anterior, Bento (2011) e Louro (2011) destacam que, historicamente, as escolas se comportam como instituições guardiãs das normas de gênero socialmente estabelecidas, mostrando-se incapazes de lidar com a pluralidade e a diferença, reforçando a heteronormatividade e contribuindo para a perpetuação de um ambiente que marginaliza identidades não conformes. Associado a isso, os currículos educacionais e materiais didáticos são espaços cruciais para a (re)produção das diferenças de gênero e sexualidade.

Partindo do princípio de que o currículo apresentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 e nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) de 2019 regem a organização e apresentação atual dos conteúdos nos livros didáticos e de que esses artefatos culturais são os mais utilizados pelos professores para a preparação de suas aulas e sustentação de seu discurso pedagógico a respeito de todos os componentes curriculares compreendidos pela sociedade civil como essenciais, nessa pesquisa, investigou-se a presença de conteúdos relacionados à sexualidade e ao gênero em 12 livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 2021, objeto 1 nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para o Novo Ensino Médio, em especial no TCT “Educação em Direitos Humanos”.

Ao elucidar como a sexualidade e o gênero são apresentados e discutidos — ou, em muitos casos, negligenciados — nos livros didáticos, essa investigação destaca as lacunas nesses materiais didáticos e sugere caminhos para uma abordagem mais inclusiva e enriquecedora desses artefatos culturais, possibilitando, assim, que tais materiais didáticos não apenas informem, mas subsidiem uma prática docente transformadora, capaz de promover um ambiente de respeito, inclusão e compreensão das diversas identidades e experiências de gênero e sexualidade, refletindo as necessidades e realidades da sociedade atual.

1 Desenvolvimento

O livro didático, conforme apontado por diversos estudiosos (Tardif, 2002; Vesentini, 2007; Bandeira e Velozo, 2019), é um artefato cultural predominante na prática docente, servindo como principal suporte para a preparação e execução das atividades pedagógicas. Não são apenas ferramentas de aprendizado, mas também objetos de pesquisa que influenciam a construção de subjetividades e contribuem, significativamente, para a formação do conhecimento docente, conforme salientado por Tardif (2002). Neste sentido, adotar uma postura analítica em relação ao livro didático, explorando como ele interage com o contexto social e os valores que ele transmite, faz-se necessário.

Bandeira e Velozo (2019) indicam a necessidade de pesquisas que busquem por possibilidades de reflexão sobre as representações e silenciamentos, particularmente, em relação a questões de gênero e sexualidade no livro didático, sem desmerecer a importância ou a qualidade do material.

Historicamente, como Bittencourt (2008) destaca, o livro didático surge em estreita relação com a formação do sistema educacional estatal, refletindo as influências políticas e ideológicas de seu tempo. Essa gênese sublinha a importância de reconhecer o impacto dessas influências na construção dos conteúdos e na abordagem dos temas tratados nos livros didáticos, incluindo a educação sobre a sexualidade.

No que tange à sexualidade, Ribeiro Costa e Souza (2003), ao elaborarem um histórico sobre as perspectivas da sexualidade e do gênero no âmbito escolar, referem a restrição a uma abordagem médico-higienista, focada no controle e na prevenção. Martins e Freitas (2008), por sua vez, ao analisarem a coleção didática de Ciências mais utilizada no país no período, enfatizam novamente a perspectiva médico-higienista e destacam a presença da “pedagogia do medo”. Essa pedagogia se refere a situações didáticas em

que o pânico e o terror são utilizados para coibir comportamentos sexuais que diminuam a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência nas séries finais do ensino fundamental.

A literatura consultada revela que, para além da perspectiva médico-higienista, a escola deve adotar uma perspectiva abrangente, crítica e questionadora, capaz de considerar todas as dimensões da sexualidade, abordando-a em sua integralidade e promovendo, assim, um entendimento mais profundo e inclusivo das temáticas sexualidade e gênero (Ribeiro Costa e Souza, 2003; Beiras *et al*, 2005; Martins e Freitas, 2008).

No fim da primeira década do século XXI, os documentos oficiais “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), de 2018, e “Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)”, de 2019, tornaram-se marcos regulatórios fundamentais na educação básica brasileira, definindo os conhecimentos essenciais para a formação dos estudantes e influenciando a seleção de recursos didáticos, especialmente livros. A BNCC, um documento normativo, estabelece os conhecimentos e as habilidades essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, servindo como guia para a organização curricular e para as práticas pedagógicas nas escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas (Brasil, 2018).

Na elaboração de políticas educacionais, as decisões sobre a formação escolar e a estrutura do currículo possuem dimensões técnicas e políticas, refletindo o projeto educativo que se deseja implementar. Assim, esses documentos oficiais são bússolas para a garantia de uma educação alinhada com as necessidades contemporâneas dos estudantes na perspectiva de seus elaboradores.

Sendo assim, o silenciamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 em relação às questões de sexualidade e gênero marca um retrocesso significativo na educação brasileira. Em contraste com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998 que, embora tenham recebido críticas de pesquisadores da área (Moreira, 1996; Britzman, 2002; Vieira Braga, 2006), reconheceram a orientação sexual como um dos temas transversais a ser abordado em sala de aula, a BNCC representa um fechamento de portas para o diálogo sobre essas temáticas essenciais. Esse fechamento não é um evento isolado, mas ocorre dentro de um contexto de disputa política e de fortalecimento de uma massa conservadora no país,

evidenciada pelo surgimento do movimento “Escola Sem Partido”⁴, em 2004 (Saraiva e Seffner, 2023).

Marins *et al* (2023), ao compararem os documentos PCN Orientação Sexual e BNCC, sublinham que o PCN se configurou como um avanço, dando importância tanto à temática em sala de aula quanto à capacitação docente para abordá-la e dando subsídios à integração transversal desse assunto em diversas disciplinas. Entretanto, apesar desse avanço, essa incorporação não se reflete nos documentos educacionais subsequentes: o novo Plano Nacional da Educação 2014-2024 (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A inclusão da igualdade de gênero e da diversidade sexual nos documentos oficiais e, por consequência, nas escolas foi objeto de ataques sistemáticos de diversos setores da sociedade, resultando em uma lacuna significativa na continuidade dessa abordagem (Leão; Leão; Ribeiro, 2024). Essa intensa resistência às questões de gênero e sexualidade nos documentos supracitados se deve, principalmente, aos setores ultraconservadores e à bancada evangélica, que exerceram pressão significativa, resultando na supressão dos termos “gênero”, “sexualidade” e quaisquer alusões à cidadania LGBTQIA+ na BNCC (Silva, 2020).

Esse cenário já havia sido prenunciado anos antes, em 2011, quando a pressão desses mesmos grupos levou ao veto do programa “Escola Sem Homofobia” no governo de Dilma Rousseff. De acordo com Campana e Miskolci (2017, p.738 *apud* Vital e Lopes, 2013), a “Frente Parlamentar Evangélica volta-se fortemente contra o material seis dias após a aprovação pelo Supremo Tribunal Federal da união entre pessoas do mesmo sexo”, fazendo com que a presidenta recue e afirme que seu governo não faria “propaganda pelas opções sexuais” (Irineu, 2014).

Para Maracci e Prado (2022, p. 1374), “as ofensivas antigênero são uma força política reacionária capaz de se articular a inúmeros temas, com significados próprios e heterogêneos, em diferentes contextos políticos e sociais”. Nesse sentido, podemos chamar de ofensivas antigênero os esforços de contenção relacionados aos debates e ações sobre diversidade sexual, de gênero e de direitos reprodutivos.

No Brasil, bem como em outros países da América Latina, as ofensivas antigênero têm se estabelecido, principalmente, sobre estruturas já existentes,

4 Movimento político que visa avançar uma agenda conservadora para a educação brasileira e que se coloca contra a “doutrinação de esquerda e de gênero”. O “Escola Sem Partido” tenta se tornar uma política de governo em que os discursos da “doutrinação ideológica” e da “ideologia de gênero” se retroalimentam.

predominantemente católicas, que se opõem ao direito ao aborto. Essas formações são extremamente heterogêneas, comparáveis a “hidras de várias cabeças” (Abia *et al*, 2021, p. 13), e se alimentam de uma variedade de fontes ideológicas, que podem ser heterogêneas ou até contraditórias, tornando seus movimentos e contornos difíceis de serem claramente definidos. O cerne dessas formações é composto tanto por grupos ultracatólicos quanto por fundamentalistas evangélicos, e, em torno desses grupos, gravitam uma variedade instável de atores institucionais e sociais, incluindo políticos de carreira, membros de corporações profissionais, *think-tanks* neoliberais e grupos libertários de direita. Essas forças coletivas desempenharam um papel decisivo na ascensão ao poder de Jair Bolsonaro, resultando na implementação de políticas públicas antigênero, com impactos significativos nas outras esferas da gestão pública e nas dinâmicas sociopolíticas associadas a questões de gênero e sexualidade (Abia *et al*, 2021).

Os movimentos ultraconservadores brasileiros se inspiram em demais movimentos do mesmo tipo na América Latina, que, por sua vez, inspiram-se nas ideologias propagadas pela Igreja Católica. Esses movimentos disseminam um discurso de pânico moral, que coíbe discussões sobre a categoria gênero na medida em que essa categoria possibilita a compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres não correspondem a uma natureza fixa, essencialista, e denunciam o papel de convenções sociais na construção dos papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos biológicos.

Nesse contexto político atual, em nossa visão, os direitos humanos, encontrados como tema transversal no documento “Temas Contemporâneos Transversais na BNCC” (Brasil, 2019, p. 12) que “aponta seis macro áreas temáticas englobando 15 Temas Contemporâneos”, sendo a educação em direitos humanos um dos desdobramentos do tema “Cidadania e Civismo”, surge como uma perspectiva valiosa para abordar a sexualidade e o gênero nas escolas, especialmente após o fechamento das portas pela BNCC.

A sexualidade, como direito humano universal, deveria estar integrada aos “Temas Contemporâneos Transversais (TCTs)” no currículo escolar, visto que reconhecer a sexualidade e o gênero como direitos fundamentais é essencial para combater a discriminação e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, esse trabalho investigou a representação de diversidade sexual e de gênero nos livros didáticos do Novo Ensino Médio, a partir da perspectiva dos direitos humanos. Verificamos se os conteúdos e temas desses materiais educativos estão alinhados com as diretrizes da BNCC e dos TCTs ou se, ao contrário, abrem lacunas na perspectiva dos direitos humanos que permitam

que adolescentes recebam uma educação que respeite a diversidade e promova a igualdade. Dessa forma, possibilitando uma educação inclusiva e respeitosa para com todas as formas de expressão de gênero e sexualidade, fato vital para fomentar uma educação que valorize a diversidade e promova a igualdade de modo a preparar os alunos para atuarem como cidadãos conscientes e respeitosos em um contexto social plural.

2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo tem natureza quanti-qualitativa, documental, descritiva e exploratória Gil (2008). Para este estudo, selecionamos uma amostra representativa de 12 livros didáticos dos aprovados pelo PNLD 2021 - Objeto 1 Projetos Integradores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio. A escolha por esses livros foi feita por serem educacionalmente pertinentes, por estarem disponíveis online e por trazerem, em seu bojo, os Projetos Integradores. Os Projetos Integradores foram pensados para desenvolver as habilidades e competências propostas pela BNCC e têm como objetivo conectar diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento a situações vivenciadas pelos estudantes em seu cotidiano.

A coleta de dados se deu a partir de visitas aos sites de editoras que tiveram seus livros aprovados no PNLD 2021. Após recolher o material documental, foi realizada a leitura dos textos didáticos. A análise se baseou numa abordagem interpretativa e temática (Denzin; Lincoln, 2006), sem o uso de métodos estatísticos.

Com o objetivo de identificar se e como a sexualidade, gênero e direitos humanos estão integrados nos livros didáticos, bem como entender se contribuem para fomentar um ambiente educacional que valoriza a diversidade e a inclusão, buscamos por termos-chave associados aos direitos humanos, como “violência”, “bullying”, “discriminação”, “preconceito”, “respeito” e o próprio termo “direitos humanos”, além de conceitos relacionados a sexualidade e gênero, como “sexualidade”, “LGBT”, “homofobia”, “homossexualidade”, “transgênero” e “orientação sexual”. Adicionalmente, exploramos termos como: “cidadania”, “solidariedade”, “intolerância” e “liberdades individuais”.

3 Resultados e discussão

A partir da busca das palavras-chave nos 12 livros pesquisados, foi elaborado o Quadro 1, que detalha a frequência de aparição dos termos nos livros didáticos. Esse processo forneceu um mapeamento inicial sobre a presença dos termos-chave relacionados aos direitos humanos, à sexualidade e ao gênero.

No Quadro 1, apresentamos as palavras em ordem de maior para menor número de citações.

Quadro 1 - Contagem geral de palavras-chave

Quadro Quantitativo - Contagem de citações das Palavras-chave	
Palavra-chave	Nº de citações
Violência	1012
Respeito	1006
Direitos Humanos	799
Bullying	518
Cidadania	505
Preconceito(s)	473
Gênero	397
Discriminação	218
Solidariedade	162
Intolerância	66
Opressão	48
Liberdades individuais	42
Orientação sexual	32
Sexualidade	13
Homofobia	13
LGBT	9
Homossexualidade	3

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Notadamente, termos de abrangência mais ampla, como “violência” e “bullying”, destacaram-se significativamente, com 1012 e 518 citações, respectivamente. Em contraste, termos mais específicos, como “homofobia” e “homossexualidade”, apresentaram uma presença muito menor, com 13 e 3 citações, respectivamente. A prevalência de termos gerais, como “violência” e “bullying”, em detrimento de termos específicos, como “homofobia” e

“homossexualidade”, sinaliza uma tendência dos materiais didáticos em tratar questões de sexualidade e gênero de maneira diluída e genérica, o que pode contribuir para a manutenção de estruturas sociais discriminatórias.

Essa discrepância observada entre a frequência de termos gerais e específicos não é apenas uma questão de nomenclatura, mas reflete as influências políticas e ideológicas que moldam o conteúdo dos livros didáticos (Bittencourt, 2008), ou seja, essa omissão não é apenas um reflexo da escolha editorial, mas está profundamente enraizada nas tensões políticas e ideológicas que, atualmente, permeiam o sistema educacional no Brasil.

Essas tensões políticas, capitaneadas pela bancada conservadora e associadas ao movimento “Escola sem Partido”, entendem que a abordagem do gênero nas escolas é uma ameaça à família, à infância, aos valores morais e à própria ordem “natural” que determina o que é ou não humano. A educação se torna um campo de batalha ideológica, em que a inclusão de discussões específicas sobre diversidade sexual e de gênero é combatida, mirando, especialmente, as pessoas que contestam, com seus corpos, a ordem dita natural⁵ e as feministas, que lutam para que a desigualdade vivenciada pela mulher seja compreendida como um problema estrutural que só pode ser abordado de uma perspectiva integral de gênero, e, ainda, outros alvos situados na esfera biopolítica de gênero, sexualidade, reprodução e parentesco. Por fim, também visam à ordem política como tal, na medida em que os discursos dessa bancada, organizados em torno do pânico moral, fortalecem a extrema direita do país.

A erupção de uma clara ofensiva antigênero, no Brasil, deu-se por volta de 2013, quando forças católicas e evangélicas, associadas ao movimento “Escola sem Partido”, deflagraram um ataque feroz contra gênero, sexualidade e raça nos debates do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esses embates foram precedidos, em 2011, pela ácida controvérsia sobre o chamado “*kit gay*”⁶ e coincidiram com o repúdio à lei do matrimônio igualitário na França, uma campanha de mesmo teor na Croácia, uma forte

5 A expressão “ordem dita natural” se refere à percepção amplamente difundida de que características como heterossexualidade e cisnormatividade são inerentes e universais. No entanto, essas normas são socialmente construídas e impostas, não refletindo uma “naturalidade” intrínseca, mas, sim, uma ordenação cultural e social, que privilegia certas identidades e orientações em detrimento de outras. Essa imposição, muitas vezes percebida como natural, é contestada por indivíduos cujas existências e identidades desafiam essas normas, destacando a diversidade e a fluidez das experiências humanas em relação ao gênero e à sexualidade.

6 “Kit gay” é um termo pejorativo utilizado, no Brasil, para descrever um conjunto de materiais educativos, elaborados durante o governo de Dilma Rousseff, com o objetivo de combater a homofobia nas escolas. Esses materiais, que fizeram parte do programa “Escola sem Homofobia”, de 2011, incluíam guias para professores e vídeos educativos destinados a promover a diversidade sexual e a tolerância. O termo foi amplamente adotado por setores conservadores para criticar e distorcer o conteúdo do material, alegando falsamente que promovia a sexualização de crianças. A controvérsia gerada em torno desse material levou ao seu cancelamento após intensa pressão de grupos religiosos e políticos conservadores.

crítica contra “ideologia de gênero” proferida pelo ex-presidente Rafael Correa no Equador e o ataque a uma resolução sobre orientação sexual e identidade na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Junqueira, 2018).

○ Quadro 1 nos auxilia a desvendar quais tópicos são enfatizados ou deixados à margem no panorama educacional. A recorrência do termo “liberdades individuais”, mencionado 42 vezes, pode indicar sua adoção no conteúdo programático. Entretanto, uma inspeção mais rigorosa nos livros didáticos mostra que essa adoção é nominal, consistindo apenas em alusões às competências delineadas pela BNCC, sem um tratamento conceitual robusto, que permitiria a problematização das liberdades individuais como direitos civis, liberdades que protegem o indivíduo do poder discricionário do Estado, estabelecendo os limites da interferência estatal na vida privada dos cidadãos e evitando o abuso de poder.

Tal constatação aponta para uma lacuna significativa nos textos didáticos: a falta de exploração profunda das liberdades individuais como fundamentos vitais para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Além disso, omite a discussão vital sobre a sexualidade e a identidade de gênero como direitos inerentes às liberdades individuais, essenciais para a formação integral do estudante.

○ termo “gênero”, por sua vez, aparece 397 vezes, mas sua utilização, frequentemente, desvincula-se das questões pertinentes à diversidade de gênero, sendo comum seu emprego, nos textos didáticos analisados, em contextos como gênero textual ou musical. Similarmente, o termo “respeito”, que aparece 1006 vezes nos textos, raramente é empregado em debates que exploram sua definição e implicações.

Frequentemente, o termo é utilizado em contextos variados, que não exploram integralmente sua complexidade e relevância nas interações e na sociedade. Essa falta de conexão sugere uma possível hesitação em tratar de forma minuciosa temas como gênero e respeito, fundamentais para o entendimento e a valorização da diversidade. ○ foco da palavra respeito associado a termos gerais em detrimento dos específicos pode levar a um modelo educativo que, em vez de questionar e dismantelar preconceitos e barreiras discriminatórias, acaba por reforçá-los.

Chama a atenção o fato de que a palavra “homofobia” seja mencionada mais vezes que “homossexualidade”, com 13 e 3 ocorrências, respectivamente. Essa tendência é alarmante. A representação da diversidade sexual e de gênero, quando presente, é frequentemente associada a contextos negativos, como violência, preconceito, bullying e opressão. Tal abordagem cria uma percepção reduzida e negativa do tema homossexualidade, relegando

as discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ a cenários de conflito e negligenciando uma representação equilibrada e seus aspectos positivos, como identidade, cultura e direitos.

Essa abordagem unilateral e limitada além de perpetuar uma visão estigmatizada da homossexualidade e da diversidade de gênero, falha em reconhecer membros da comunidade LGBTQIA+ como sujeitos plenos de direitos, que devem ter suas questões discutidas com a mesma profundidade e seriedade que outros temas essenciais relacionados a direitos humanos, cidadania e liberdades individuais.

A ausência de diálogos positivos e afirmativos acerca da sexualidade e da identidade de gênero restringe a capacidade dos estudantes de compreender e valorizar a inclusão e o respeito às diferenças.

A análise do Quadro 1 nos direciona à próxima etapa da pesquisa, que envolve a conexão desses achados ao contexto em que estão produzidos nos textos didáticos. Assim, exploramos todas as aparições dos termos elencados na metodologia nos livros.

Na sequência, apresentaremos, no Quadro 2, os livros didáticos que foram objetos de análise. Contudo, em nossas discussões, devido ao espaço disponível para a apresentação do texto vamos nos ater a apenas 2 livros didáticos, ambos da Editora Saraiva: “Vamos juntos, Profe! - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e “Caminhar e Construir - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”.

Quadro 2 - Dados catalográficos dos livros pesquisados

Título do Livro	Autores	Editora	Ano	Pág.
#Novo Ensino Médio: Projetos Integradores: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Tércio Barbosa Rigolin; Luiz Dalmacir da Silveira; e Bruno Silva Prado.	Editora Scipione	2020	208
Caminhar e Construir - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Marcio Abondanza Vitiello; e Gianpaolo Franco Dorigo.	Saraiva Educação	2020	168
+Ação - Na Escola e na Comunidade - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Juliana Esperança Ferrini; e Aparecida Mazão.	Editora FTD	2020	208
Da Escola para o Mundo - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Igor José de Reno Machado; Henrique José Domiciano Amorim; e Celso Fernando Rocha de Barros.	Editora Ática	2020	208
De Olho no Futuro - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Priscilla Ferreira Cerencio.	Editora Ática	2020	208
Moderna em Projetos: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Maria Clara Antonelli; Francieleide Souza Alves; Cintia Gomes da Fontes; Maíra Fernandes; Lina Youssef Jomaa; Letícia de Oliveira Raymundo; Helena Cristina Pereira de Oliveira Morita; Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo; e Cesar Brumini Dellore.	Editora Moderna	2020	208
Práticas na Escola - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Marília Barbara Fernandes Garcia Moschkovich.	Editora Moderna	2020	208
Jovem Protagonista - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Viviane Pedrosa Domingues Cardoso; Sarah Oliveira Fernandes; Elen Cristina Souza Doppenschmitt; Dirceu Franco Ferreira; e Flávio Manzatto de Souza.	Edições SM	2020	144
Identidade em Ação: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Paulo Ferraz de Camargo Oliveira	Editora Moderna	2020	200
Ser Protagonista - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Marciel Aparecido Consani; Karla Isabel de Souza; Francisco Martins Garcia; Claudia Valeria de Oliveira; Alexandre Filletaz; Valeria Aparecida Vaz da Silva.	Edições SM	2020	200
Vamos juntos, Profe! - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Marcia Guerra Pereira; Regina Barbosa Ramos; Thais Helena Falcão Botelho; Paulo Eduardo Dias de Mello; Mauricio Cardoso; e Marcia Regina Takeuchi.	Saraiva Educação	2020	208
Ver o Mundo - Projetos Integradores - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Adilson Dalben, Marina Jorge Berriel; Joaquim Eloi Cirne de Toledo Junior; Letícia Gregorio Canelas; Natalia Leon Nunes; Murilo Vogt Rossi; Layza Real Garcez; e João Carlos Ribeiro Júnior.	Editora FTD	2020	208

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras

○ livro “Vamos juntos, Profe!”, publicado pela Editora Saraiva em 2020, destaca-se por ser um dos livros, dentre os 12 pesquisados, que mais contempla temas relacionados à diversidade sexual e de gênero. Esse livro didático incorpora termos como “sexualidade”, “orientação sexual”, “LGBT”, “homofobia” e “homossexualidade”, tratando esses conceitos de maneira abrangente e integrativa.

○ termo “orientação sexual” surge, primeiramente, no manual do professor ao explicar as competências específicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 que serão trabalhadas no Projeto Integrador 4, intitulado “Preconceito, Discriminação e Racismo”. Os autores (Pereira *et al*, 2020), ao abordarem as competências específicas trabalhadas no referido projeto integrador, enfatizam a competência 5 da área de Ciências humanas e sociais aplicadas, argumentando que:

um dos propósitos do projeto é propiciar o reconhecimento das formas de *preconceito, discriminação e racismo* existentes no contexto de convívio próximo e da sociedade em geral, além de estimular os jovens a pensar em formas de *combate e em modos de atuação que visem modificar situações e práticas que geram violências e injustiças*. A perspectiva é pensar em maneiras de veicular mensagens e sensibilizar as pessoas ao difundir, por meio de textos poéticos, *princípios democráticos, inclusivos, éticos e solidários, tendo como base os direitos humanos* (Pereira *et al*, 2020, p. 266, grifos nossos).

Subsequentemente, os autores ilustram, por meio de uma nota (Figura 1), exemplos cotidianos de interações escolares que incluem o bullying, identificando a orientação sexual como um dos fatores que podem incitar esse tipo de violência e exclusão social. A nota propõe uma abordagem educacional que enfatiza a necessidade de tratar o bullying em todas as suas formas, integrando-o como um componente essencial de uma educação que seja inclusiva e sensível às diferenças, incorporando a ideia de “marcadores de exclusão”.

Figura 1 - Nota sobre bullying no livro didático

Não é difícil encontrarmos, em situações do dia a dia da escola, nas relações entre pessoas, momentos em que alguém é ofendido verbalmente, é ameaçado ou mesmo agredido fisicamente porque, supostamente, apresenta características que não são aceitas ou valorizadas pelo grupo. A cor da pele, o cabelo, o corpo, uma deficiência, a **orientação sexual**, o modo de falar, o local onde mora acabam se transformando em marcadores que podem causar exclusão. Quando, em razão disso, pessoas são perseguidas, humilhadas, sofrem violência, de forma contínua e sistemática, ou quando são expostas e ridicularizadas, verifica-se a prática de *bullying*, que não pode ser desvinculada das atitudes e questões debatidas no projeto: preconceitos, discriminação e racismo são fomentadores desse fenômeno.

Fonte: Imagem retirada do livro “Vamos juntos, Profe!” (Pereira et al, 2020, p. 275).

A integração da orientação sexual como um marcador de exclusão nas estratégias de combate ao bullying reflete que o livro possui um compromisso com os direitos humanos, como apontam Miranda (2017) e Michael Apple (2006). Esses autores argumentam que a educação deve ser um vetor de valores democráticos, como igualdade e justiça. O texto possibilita instruir os alunos sobre como o preconceito e a discriminação contra diversidades de orientação sexual violam os princípios dos direitos humanos, possibilitando, ainda, aos educadores, abordar conhecimentos necessários para combater injustiças em suas comunidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A discussão sobre a orientação sexual como marcador de exclusão realça a compreensão de que essa questão não é meramente individual, mas está intrinsecamente ligada a um sistema mais abrangente de discriminação que afeta diversos grupos sociais. Essa abordagem ressalta a interconectividade das lutas contra a discriminação em suas múltiplas formas, como raça, gênero, orientação sexual, classe, entre outras. Kimberlé Crenshaw (2002; 2004), autora e defensora dos direitos civis, em seus trabalhos sobre interseccionalidade, destaca como diferentes formas de opressão se interconectam e reforçam, mutuamente, as dinâmicas de exclusão e marginalização. Essa abordagem interseccional é essencial para compreender e abordar, de forma eficaz, a homofobia e outras formas de preconceito em ambientes educacionais, reconhecendo a complexidade das experiências de

discriminação e promovendo uma educação, verdadeiramente, inclusiva e sensível às diferenças.

O termo “sexualidade”, por sua vez, é mencionado de forma limitada no contexto desse Projeto Integrador 4. Dessa forma, o trabalho voltado para esse tipo de violência, que está especificada no livro (Figura 2), mostra-se insuficiente. Entretanto, essa inclusão no debate sobre preconceito e discriminação indica uma tentativa de vincular a sexualidade a questões mais amplas de igualdade e justiça social, indicando uma oportunidade para explorar mais profundamente as interações entre sexualidade e outras formas de preconceito e discriminação.

Por outro lado, o projeto integrador mencionado traz um conteúdo explicativo das múltiplas formas de preconceito, informando que elas ocorrem em razão de diversas características, dentre elas a sexualidade, e podem se manifestar de diversas formas (Figura 2), contribuindo para o entendimento dos estudantes de como essas violências se revelam em seu cotidiano.

Figura 2 - Múltiplas formas de preconceito

Há múltiplas formas de preconceito: em razão da cor, do biotipo, do modo de falar, do modo de vestir-se, do modo de alimentar-se, da maneira de expressar a espiritualidade, do tipo de cabelo, das marcas no corpo, das deficiências, da altura, do peso, da sexualidade, dos hábitos culturais, etc.

Assim como existem diferentes preconceitos, também existem várias formas de discriminação. Ela pode ser explícita e direta, ou indireta e velada. É do primeiro tipo, por exemplo, quando, em virtude de alguma característica, uma pessoa é impedida de ter acesso a moradia e emprego ou de usar serviços básicos, como saúde, escola, transporte público, ou quando alguns benefícios são negados, como o direito a descanso, férias, aposentadoria. Ocorre, ainda, quando se impõem a alguém encargos adicionais, não impostos a outras pessoas, para que possa ter acesso a um direito ou prover uma necessidade.

Fonte: Imagem retirada do livro “Vamos juntos, Profe!” (Pereira et al, 2020, p. 275).

Incluir discussões sobre as diversas formas de preconceito e discriminação no livro didático possibilita que docentes e estudantes trabalhem para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por diferentes grupos socialmente marginalizados, como a população LGBTIA+. Além disso, essas discussões podem promover a compreensão, o respeito e a igualdade entre estudantes de diferentes contextos sociais, desde que o(a) docente deseje.

No Projeto Integrador 2, intitulado “É preciso falar de violência e juventude”, o termo “LGBTI” é usado para destacar as vulnerabilidades específicas enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, com base em um relatório da Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, ampliando a discussão para além da orientação sexual, incluindo questões de saúde, raça e imigração (Figura 3).

Figura 3 - Informações do Relatório da OPAS

- ▶ O relatório revela que um número significativo de jovens na região continua sofrendo com problemas de saúde, sendo os indígenas, população negra, comunidade **LGBTI** e jovens migrantes os mais afetados. “Os países devem agir para que todos os jovens, incluindo os mais vulneráveis, tenham acesso aos serviços de saúde dos quais precisam, sem deixar ninguém para trás”, afirmou Sonja Caffé, assessora regional de saúde do adolescente na OPAS. “Uma juventude saudável garantirá adultos mais saudáveis no futuro”, acrescentou.

Fonte: Imagem retirada do livro “Vamos juntos, Profe!” (Pereira *et al*, 2020, p. 55).

O destaque dado a esse conteúdo no Manual do Professor reforça a necessidade de conscientização sobre as questões econômicas e sociais que contribuem para essas desigualdades de saúde. Este foco pode ser complementado pela política de saúde LGBTQIA+, que reconhece a discriminação e a exclusão como fatores que afetam negativamente a saúde dessa população (Brasil, 2013). Moura *et al.* (2023) expandem essa discussão ao evidenciar que a vulnerabilidade em saúde da população LGBTQIA+ é exacerbada por uma série de negligências e uma deficiência na capacitação das equipes multidisciplinares de saúde.

Adicionalmente, no Projeto Integrador 6, intitulado “As múltiplas faces da juventude”, o termo “homossexualidade” é discutido ao apresentar o filme *As vantagens de ser invisível* em uma das atividades de reflexão propostas. O filme, de acordo com o livro didático, trata de temas delicados da juventude, como a descoberta da amizade, a rejeição, a depressão, o uso de drogas e a homossexualidade. Essa inclusão reforça a importância de abordar a representatividade LGBTQIA+ de forma culturalmente relevante.

As representações LGBTQIA+ nos meios de comunicação ajudam a normalizar e a validar experiências de vida que, de outra forma, poderiam ser

marginalizadas. Essa visibilidade é fundamental para que pessoas LGBTQIA+ se sejam refletidas de forma autêntica e complexa, combatendo estereótipos e reduzindo o estigma. Silva (2023) salienta que a cultura influencia profundamente a recepção e o impacto dessas representações, moldando a identidade e as percepções sociais.

A inclusão de temas LGBTQIA+ em filmes e livros usados em contextos educacionais, como o Projeto Integrador, possibilita a expansão da compreensão dos alunos sobre a diversidade humana. Expor jovens a histórias que abordam questões de sexualidade e identidade de gênero viabiliza a promoção da empatia e do respeito pelas diferenças. Por meio dessas narrativas, os alunos podem aprender sobre os desafios enfrentados por indivíduos LGBTQIA+ e refletir sobre os conceitos de justiça, igualdade e direitos humanos.

Ao longo da análise do livro “Vamos juntos, Profe!”, foi possível perceber que os autores se esforçaram para integrar questões de diversidade sexual e de gênero em seu currículo. Na apresentação do material didático, eles desejam que o livro seja capaz de surpreender o estudante trazendo problemas e desafios, destacando que “não se trata, porém, de problemas apenas imaginados para exercícios teóricos, e sim de problemas reais, difíceis, urgentes, questões socialmente vivas que afetam nosso dia a dia. Também não se trata apenas de discuti-los, mas de procurar soluções criativas” e esperam que os estudantes os surpreendam, elencando os principais desafios enfrentados no mundo moderno. Dentre os desafios, elencam os “conflitos e disputas [que] são acirrados por ideologias e interesses econômicos gerando crises e levas de migração” (Cardoso *et al*, 2020, p. 3).

Da análise do material didático, depreendemos uma abordagem crítica e contra-hegemônica dos autores sobre a intersecção de sexualidade, gênero, homofobia e direitos humanos, que se contrapõe às correntes dominantes. Essa perspectiva é evidenciada pela Figura 4, que oferece orientações aos educadores e explicita a recente onda neoconservadora e o crescimento do obscurantismo político no Brasil. Os trechos destacados em verde, na figura, enfatizam a importância de problematizar questões e pautas centradas nos costumes no contexto educacional.

Figura 4 - Orientação específica aos docentes

PROJETO 4 Preparar uma competição de slam**Preconceito, discriminação, racismo****Tema integrador: Mediação de conflitos****Temas Contemporâneos Transversais (TCT): Cidadania e civismo; multiculturalismo****1. Abordagem teórico-metodológica**

Este projeto trata de questões centrais e sensíveis da contemporaneidade e propõe uma vertente de enfrentamento pela via do diálogo promovido por intermédio da poesia.

Vivemos no início do século XXI importantes avanços nas lutas pelos direitos humanos, resultantes do reconhecimento de que as desigualdades sociais não são apenas promovidas por fatores econômicos; elas são impulsionadas também por preconceito e discriminação racial, social e de gênero. **As lutas e conquistas de diversos movimentos, como o negro e o LGBTQ+, reivindicaram inserção em espaços sociais e culturais antes destinados a grupos privilegiados.** Eclodiram novos processos de reconhecimento e valorização das **identidades étnicas, sociais e de gênero.** Estudos emergentes denunciaram o passado histórico colonialista e imperialista responsável pelo genocídio de populações autóctones e que impôs a escravização e a diáspora de povos africanos. Todos esses fenômenos injetaram novos significados nos debates sobre velhas questões, insuflaram interpretações renovadoras e, de certo modo, **reinventaram campos e formas de lutas políticas.** Uma onda de ações políticas reivindicou a afirmação de **direitos à diversidade e de proteção a grupos específicos.** Ascenderam práticas de afirmação das identidades. O advento da internet 2.0 disseminou as possibilidades de reivindicações, denúncias, proposições dessas pautas. **Grupos antes marginalizados roubaram a cena, conquistaram espaços, construíram movimentos, comunidades reais e virtuais.**

Nesse embalo de transformações históricas, parecia que posturas antiquadas e desvigoradas tinham perdido espaço no mundo e na sociedade brasileira, apoiadas em preconceitos – julgamentos peremptórios e classificatórios **baseados em sexo,**

cor, sexualidade, classe social, idade, estética corporal; atitudes de discriminação, ou seja, práticas concretas de separação, segregação, negação de direitos – e em sua expressão mais violenta: o racismo. Um triunfo do diálogo na mediação dos conflitos, da racionalidade dialógica, da liberdade de expressão, da **defesa da diversidade,** do reconhecimento do direito dos oprimidos, da consciência da necessidade de agir pela reparação histórica, tudo isso se anunciava como conquistas de um processo inevitável rumo à ampliação da liberdade, igualdade e fraternidade. **Preconceito, discriminação e racismo tornaram-se objeto de um combate ativo, não meramente retórico, fundado, porém, em ações de educação e legislação punitiva para os agressores e reparadora para os agredidos.**

Ledo engano histórico? Talvez. A história revelou-se bem mais complexa. O processo em curso detonou contradições. Expôs novos problemas. Trouxe inúmeros desafios e ameaças: imigrações e diásporas; aquecimento global; desemprego estrutural crescente; recrudescimento de velhas tensões geopolíticas.

Rapidamente vimos a **ascensão do obscurantismo político.** Uma onda multifacetada e global, chamada **neoliberalista,** trouxe à tona o discurso contra os **"excessos" das políticas de identidades.** Denunciaram-se graves ameaças contra a civilização ocidental em suas bases fundamentais: a família, as tradições e a propriedade. Sua pauta, centrada nos costumes, **reivindicou o controle da natalidade por abstinência,** ao mesmo tempo que **criminalizou o aborto,** defendeu um livre mercado radical, um Estado mínimo, enalteceu a meritocracia e **desqualificou plenamente as reivindicações de grupos minoritários.** Grupos mais exaltados retiraram dos porões suas suásticas e exibiram-nas para pregar a supremacia racial, **legitimaram e praticaram a violência como instrumento da política,** justificaram todas as formas de estratificação e discriminação existentes. Nas redes sociais surgiram **mensagens e discursos de ódio** buscando propagar-se nas sombras da **dark web.** **O racismo, a xenofobia, a misoginia, a homofobia foram assumidos de modo inflamado por meio de discursos considerados válidos.**

É nesse cenário agudizado por tantas contradições, complexo em sua dinâmica histórica e incerto em seus desdobramentos, que propomos trabalhar a **mediação de conflitos na perspectiva das questões que envolvem preconceito, discriminação e racismo.**

Em síntese, nosso projeto convida à discussão sobre como é possível, pela vertente da palavra poética, **transformar e transcender situações traumáticas, tratar de temas sensíveis e abordar questões socialmente vivas e controversas.** Entendemos que, ao

A abordagem presente no material didático confronta as perspectivas neoconservadoras, endossando a educação como espaço para resistência cultural e fomento ao pensamento crítico (Santos, 2023). Esse enfoque pedagógico se alinha à teoria de hegemonia cultural de Gramsci, que considera essencial a crítica às ideologias dominantes durante períodos de crise para a propagação de alternativas progressistas, desafiando as normas neoconservadoras e promovendo a inclusão e a resistência às visões de mundo hegemônicas.

Gramsci (2020, p. 32) afirma que “os destinos de uma época são manipulados segundo visões restritas, interesses imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora pois não se preocupa”. Esclarecer esses mecanismos constitui um papel crucial para a escola, onde a resistência é vital mesmo em períodos de contradições.

Sendo assim, o livro é um exemplo de como a educação pode ser usada como uma ferramenta para promover inclusão e compreensão em uma sociedade cada vez mais diversificada.

No segundo livro, “Caminhar e Construir”, da Editora Saraiva, identificamos o termo “orientação sexual” apenas no Projeto Integrador 5, “Os documentos legais falam sobre nós?”, no trecho em que os autores Vitiello e Dorigo (2020) apresentam uma perspectiva legalista ao discutir discriminação. O texto enfatiza que discriminar com base em gênero, cor, origem ou orientação sexual configura delito segundo a legislação brasileira.

Essa abordagem, embora informativa, peca pela superficialidade, não se aprofundando nas nuances e nas manifestações variadas de violência relacionada à orientação sexual ou outras formas de violência discriminatória. Além disso, não apresenta a legislação brasileira aplicável para os casos de discriminação mencionados, perdendo a oportunidade de instruir os estudantes sobre as legislações brasileiras aplicáveis, como é o caso da ADO 26, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que equiparou as violências homofóbicas e transfóbicas ao crime de racismo (Pires Neto, 2022).

O livro não emprega o termo “homofobia” para nomear o tipo específico de violência e discriminação baseada na orientação sexual, nem mesmo traz conteúdos capazes de apresentar a legislação de criminalização da discriminação e da homofobia, o que revela uma significativa omissão. Essa ausência não apenas limita a compreensão dos alunos sobre a especificidade desse tipo de preconceito, mas também falha em reconhecer a gravidade e as particularidades da homofobia como uma questão crítica a ser abordada no ambiente educacional.

De acordo com Vecchiatti (2019), a legislação, por si só, não é suficiente para erradicar o preconceito e a discriminação. É necessária a implementação de medidas positivas, que complementam a legislação, para garantir a igualdade e a cidadania das minorias sexuais, destacando a necessidade de um equilíbrio entre ações punitivas e promocionais. Sendo assim, o livro didático perdeu uma oportunidade de apresentar a legislação antidiscriminação aos alunos e a chance de implementar medidas e atividades positivas a seu respeito.

Além disso, a ausência de referências bibliográficas especializadas em diversidade sexual e de gênero no Projeto Integrador 5, ou qualquer tipo de sugestão de aprofundamento em boxes, imagens, sugestão de filmes ou livros, evidencia, mais uma vez, uma oportunidade perdida de enriquecer a discussão, limitando a capacidade do material de promover um entendimento complexo sobre tais temáticas. Essa lacuna pode ser interpretada como um reflexo da cultura heteronormativa dominante e da política antigênero, que se fortaleceu no país após o Golpe de 2016⁷, fomentando, ainda mais, as vozes da “ideologia de gênero”.

Scala (2020), ao definir a “ideologia de gênero”, compara-as com ideologias e movimentos políticos totalitaristas, como o nazismo e o comunismo.

A mal chamada [...] “perspectiva” [...] de gênero, é, na verdade, uma *ideologia*. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que — ao impor-se —, *destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade* (Scala, 2010, p. 7, grifos nossos).

No primeiro grande debate sobre a “ideologia de gênero”, no Brasil, em 2014, durante as discussões sobre a Lei nº 13.005, que estabelece o Plano Nacional de Educação até 2024, a promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual na educação, inicialmente considerada uma inovação do texto, foi substituída por uma formulação mais genérica de promoção da equidade e da justiça social, devido à pressão de grupos religiosos (Gomes e Britto, 2015).

O pânico moral teve um papel significativo em influenciar o silenciamento da diversidade sexual e de gênero dentro da BNCC, impactando

7 O “Golpe de 2016” se refere ao processo de impeachment que resultou no afastamento da presidente Dilma Rousseff do poder no Brasil, em 2016. Eleita para um segundo mandato em 2014, Dilma foi removida sob acusações de manipulação das contas públicas, as chamadas “pedaladas fiscais”. Esse evento é frequentemente descrito, por seus críticos, como um golpe, argumentando que foi mais um movimento político para destituir uma presidente democraticamente eleita do que um procedimento jurídico legítimo. Essa perspectiva sustenta que o impeachment foi um uso estratégico das leis para fins políticos por parte de seus oponentes, evidenciando uma crise democrática e uma divisão política profunda no país.

posteriormente o PNL D e os livros didáticos. A BNCC, sob a influência de uma onda conservadora, suprimiu vários textos relacionados à diversidade de gênero, com o objetivo de reforçar as normas tradicionais de gênero e a heteronormatividade (Cardoso e Melo, 2020; Dering e Gandra, 2022). Essa supressão levou à falta de representação adequada da diversidade de gênero em materiais educacionais, afetando a inclusão e o respeito pelas diferenças nos livros didáticos. Os movimentos conservadores, como o já mencionado “Escola sem Partido”, alimentaram ainda mais a exclusão de temas educacionais importantes, contribuindo para o silenciamento da diversidade sexual e de gênero dentro da estrutura educacional (Souza Junior, 2018).

Pereira (2017 *apud* Borrilho, 2009) ressalta a necessidade de uma abordagem educacional que reconheça e combata todas as formas de discriminação, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Em síntese, o livro didático “Caminhar e Construir” cita rapidamente questões de orientação sexual e legalidade, sem profundidade teórica.

4 Considerações finais

Os livros didáticos não devem apenas mencionar, mas se aprofundar em discussões sobre diversidade sexual e de gênero, apoiando-se em referenciais que permitam, aos estudantes, uma compreensão crítica e empática dessas questões, em linha com os princípios que permitam educar para a autonomia e para a conscientização, o que inclui abordar a sexualidade de maneira aberta e respeitosa.

A falta de profundidade nas abordagens das temáticas relacionadas à sexualidade e ao gênero interseccionadas aos direitos humanos exclui e silencia aqueles que desafiam as normas de sexo, gênero e sexualidade, o que impede que a compreensão integral dos direitos humanos seja plenamente alcançada.

O livro didático “Caminhar e Construir” indica a persistência de tabus e o silenciamento em torno da sexualidade em contextos educacionais. A mera menção a esses temas se dilui na totalidade dos textos didáticos, e não há indicativo de continuidade ou problematização das questões postas, o que sugere que o silêncio prevalece, tornando, assim, a sala de aula e, por conseguinte a escola, um espaço menos cidadão, menos inclusivo e menos respeitoso. Desse modo, fica a cargo do(a) professor(a) o interesse em

explorar minúsculas brechas deixadas pelo livro na busca de superar essa autoridade invisível, mas poderosa, que persegue, exclui e silencia a articulação entre sexualidade, gênero e direitos humanos nas escolas brasileiras.

A relutância em incluir tópicos de gênero e sexualidade nos currículos (BNCC, nos TCTs e no PNE) reflete uma luta social entre aqueles que defendem a educação explícita sobre esses temas e aqueles que se opõem a ela. Essa tensão político-ideológica influi na editoração de livros didáticos, silenciando contradiscursos críticos e reflexivos, potencializando práticas escolares excludentes que perpetuam a discriminação e as desigualdades, ou seja, que não contribuem para fomentar um ambiente educacional que valoriza a diversidade e a inclusão.

Por sua vez, o livro “Vamos Juntos, Profe!”, da mesma editora, enfrenta os desafios do cenário educacional atual decorrentes das tensões entre valores educacionais e crenças religiosas, disputas políticas e culturais, integrando questões relacionadas à sexualidade, ao gênero e aos direitos humanos, indicando um posicionamento político-ideológico de resistência na medida em que trata com a profundidade e o respeito que merecem, como todos aqueles que se encontram no rol dos direitos humanos.

Referências

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AUAD, D. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BANDEIRA, A.; VELOZO, E. L. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 1019–1033, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Lfc363CCpVpJ6VstzrtGBYz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 set. 2024.

BEIRAS, A. *et al.* Juventudes e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 440–442, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020019>. Acesso em: 13 maio. 2024.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549–559, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016/19404>. Acesso em: 1 set. 2024.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (PNE) 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL **Base Nacional Comum Curricular**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 março 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2019.

Observatório de Políticas de Sexualidade *et al.* Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Rio de Janeiro: **Observatório de Políticas de Sexualidade**, 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/12156>. Acesso em 15 abr. 2024.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor? Identidade homossexual, educação e currículo, **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, 1996. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232048>. Acesso em: 1 set. 2024.

CARDOSO, L. de R.; MELO, R. V. O. S. de. Construção do critério gênero no Programa Nacional do Livro Didático (2006-2020). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 63-83, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13752>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 1 set. 2024.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DERING, R. O.; GANDRA, G. H. Análise da concepção de direitos humanos na BNCC em uma perspectiva decolonial. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 22, n. 1, p. 58-69, 2022.

DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GOMES, A. V. A.; DE BRITTO, T. F. (Ed.). Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 155-178 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15088/11438>. Acesso em 1 set. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LEÃO, A. M. de C.; LEÃO, A. M. de C.; RIBEIRO, P. R. M. Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 25, n. 00, p. e024002, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18581>. Acesso em: 25 mar. 2024.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Vozes, 2011

MARACCI, J. G.; PRADO, M. A. M. Ofensivas Antigênero e a Depuração dos Direitos Humanos como Política de Estado no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1372-1392, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/71643>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MARIANO, A. S.; FERREIRA, L. B. Relações de gênero e sexualidade em livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental: um estudo de caso em uma escola de Ilícinea-MG. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20111>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARINS, I. *et al.* Dos Parâmetros Curriculares Nacionais aos Temas Contemporâneos Transversais: o ensino de sexualidade sob o domínio da “Escola Sem Partido”. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 16: e-57732, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/57732/35147>. Acesso em: 1 set. 2024.

MARTINS, I.; FREITAS, E. O. D. Transversalidade, formação para a cidadania e promoção da saúde no livro didático de ciências. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 12-28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21018/12493>. Acesso em: 1 set. 2024.

MIRANDA, M. G. de. Crise na educação: A retórica conservadora. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 567-579, 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/700>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719/6367>. Acesso em: 1 set. 2024.

MOREIRA, A. F. Os parâmetros curriculares nacionais em questão, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 10-21, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71637/40634>. Acesso em: 1 set. 2024.

MOURA, L. P. de.; SILVA, K. V.; SANTOS, A. T. dos; CAPELLARI, C.; BERG, M. da S. Health and vulnerability of the LGBT+ population: An integrative review. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 5, p. e21512538966, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/38966>. Acesso em: 16 apr. 2024.

PEREIRA, J. S. **Escola, Homofobia e Ensino de História no Tempo Presente**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, III, 2017, Florianópolis. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPIII/IIISIHPT/paper/viewFile/642/401>. Acesso em: 1 set. 2024.

PIRES NETO, L. B. **A criminalização da LGBTfobia na sociedade punitiva**. Orientador: Jose Antonio Tietzmann e Silva, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5035>. Acesso em: 29 fev. 2024.

RIBEIRO COSTA, P. R.; SOUZA, D. O. Falando com professoras das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas**, p. 67-75, 2003. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/21863/21697>. Acesso em: 1 set. 2024.

SCALA, J. **La ideología del género**. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, J. F. E. dos. Hegemonia cultural e ideologia no pensamento de Antonio Gramsci: implicações para as entidades de enfermagem. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/61413/751375155805>. Acesso em: 3 set. 2024.

SARAIVA, K.; SEFFNER, F. Ensinar a esquecer – ensino de história e extrema direita. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 46, n. 1, p. e68038, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/68038/751375156792>. Acesso em: 3 set. 2024.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. P. A escola pública brasileira e seu compromisso com a diversidade de gênero e sexualidade. In: MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C. (Org.) **Educação para a sexualidade**. Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD, vol. 3. Rio Grande: Ed. da Furg, p. 67-82, 2014.

SILVA, B. M. R. **Representatividade LGBTQIA+ nos filmes de animação da Disney**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/21095/1/BSilva.pdf>. Acesso em 3 set. 2024.

SILVA, E. L. S. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. **História, histórias**, Brasília, v. 8, n. 16, p. 143–169, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/31928>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SOUZA JÚNIOR, P. R. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual base nacional comum curricular (BNCC) e o movimento LGBTTIQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/3924/pdf>. Acesso em 3 set. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2003

VECCHIATTI, P. R. I. Supremo não legislou nem fez analogia ao considerar homofobia como racismo. **Consultório Jurídico**. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-ago-19/paulo-iotti-stf-nao-legislouequipararhomofobia-racismo?imprimir=1>. Acesso em: 28 fev. 2024.

VESENTINI, J. W. A questão do livro didático no ensino da Geografia Novos caminhos da Geografia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Caminhos da Geografia**. 5. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

VIEIRA BRAGA, A. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 40, n. 2, p. 1–9, 2006. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2519>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Recebido em maio de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.